


**12.1. INICIO DO PROCEDIMENTO DE REGULAMENTAÇÃO POR ALTERAÇÃO À PARTE D DO  
CRMB – INCLUSÃO DE NOVO TÍTULO – CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS**

Da **Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Olga Pereira**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa ao início do procedimento de regulamentação por alteração à parte D do CRMB – inclusão de novo título – carregamento de veículos elétricos, que se anexa.

A → de Enfo.

220316



### PROPOSTA

O quadro legal em vigor determina que a instalação e operação de pontos de carregamento em local público, de acesso público, no domínio público municipal depende da titularidade de uma licença de utilização privativa para a instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.

O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) é omissivo sobre a instalação e carregamento de veículos elétricos. Impõe-se assim, à semelhança do que outros Municípios fizeram, regulamentar, com a introdução de um novo Título na Parte D do Código Regulamentar sobre esta matéria.

Assim sendo, propõe-se que seja elaborada Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga – Parte D, por aditamento de novo Título, conforme supra proposto, dando-se início ao procedimento devido.

Braga, 16/03/2022

A Vereadora,

<p>Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso,</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor da DMG – Direção Municipal de Gestão,</p>
<p>16/3/2022</p>	<p>16/3/2022</p>

Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio,

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assunto: ALTERAÇÃO AO CRMB – Carregamento de veículos elétricos**

**Informação de 16/03/2022**

## ANÁLISE

Pelo Sra. Vereadora, Dra. Olga Pereira, foi proposta (**Documento nº 1**) a alteração, por aditamento, ao CRMB, por forma a prever as regras para instalação e carregamento de veículos elétricos, atribuição de licença de utilização privativa para a instalação e operação de pontos de carregamento.

O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) é omissivo quanto a esta questão, pelo que se impõe, assim, à semelhança do que outros Municípios fizeram, regulamentar com a introdução de um novo Título na Parte D do Código Regulamentar sobre esta matéria.

Assim sendo:

### **INFORMAÇÃO**

Da proposta que foi remetida a esta DSJC está fundamentada a necessidade de regular, no documento que se anexou com o nº 1, e que aqui se dá por integralmente reproduzido (até por imposição legal).

O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP.

Fundamentação: Decreto-Lei n.º 39/2010 de 26/04 - **Estabelece o regime jurídico da mobilidade eléctrica, aplicável à organização, acesso e exercício das actividades relativas à mobilidade eléctrica, bem como as regras destinadas à criação de uma rede piloto de mobilidade eléctrica**

#### **Artigo 25.º**

##### **Pontos de carregamento em local público**

1 - Os pontos de carregamento em local público de acesso público são instalados, disponibilizados, explorados e mantidos por operadores de pontos de carregamento licenciados nos termos do artigo 15.º e estão obrigatoriamente ligados à rede de mobilidade eléctrica através da entidade gestora da rede de mobilidade eléctrica.

2 - **Sem prejuízo do disposto no artigo 31.º, a instalação de pontos de carregamento em local público de acesso público no domínio público depende da titularidade de uma licença de utilização privativa do domínio público para a instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos eléctricos, a qual deve ser concedida por período equivalente ao da licença do respetivo operador de pontos de carregamento e abrange, pelo menos, a área necessária à colocação do ponto de carregamento, bem como a área necessária ao estacionamento dos veículos durante o respetivo carregamento.**

3 - Os termos das licenças a que se refere o número anterior são regulamentados por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da energia e do ordenamento do território, no que respeita, nomeadamente, aos direitos e deveres dos operadores de pontos de carregamento e às condições de acesso à zona do ponto de carregamento.

4 - Os actuais concessionários, subconcessionários ou exploradores de áreas de serviço ou de abastecimento de combustíveis com acesso a vias públicas ou equiparadas podem requerer a alteração do título no sentido de incluir, no âmbito das respectivas concessões ou licenças, a instalação, disponibilização,



exploração e manutenção de pontos de carregamento, desde que se constituam como operadores devidamente licenciados e sem prejuízo de uma ou mais dessas actividades poderem ficar a cargo de um operador devidamente licenciado nos termos do presente decreto-lei.

5 - Para efeito do disposto no n.º 2, os lugares afetos ao estacionamento de veículos em carga devem estar devidamente sinalizados de acordo com o disposto no anexo II ao presente decreto-lei, que dele faz parte integrante, indicando inequivocamente o regime de estacionamento aplicável, **cabendo** ao operador de pontos de carregamento a obrigação de instalação da sinalização e **aos municípios e demais entidades nacionais competentes, conforme aplicável, garantir a fiscalização da sua ocupação indevida.**

6 - O disposto no presente artigo aplica-se igualmente, com as necessárias adaptações, aos pontos de carregamento instalados, disponibilizados, explorados e mantidos em locais públicos com utilização privativa.

“O quadro legal em vigor determina que a instalação e operação de pontos de carregamento em local público, de acesso público, no domínio público municipal depende da titularidade de uma licença de utilização privativa para a instalação e operação de pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos.

O Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB) é omissivo sobre a instalação e carregamento de veículos elétricos. Impõe-se assim, à semelhança do que outros Municípios fizeram, regulamentar, com a introdução de um novo Título na Parte D do Código Regulamentar sobre esta matéria.

”

1. Qual a taxa a aplicar e respetiva fundamentação;

---

## **PROPOSTA**

O processo está em condições de:

1. **ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal.**

**Assim,**

---

Deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

**SOB PROPOSTA DA SRA VEREADORA, DRA. OLGA PEREIRA** – solicitar aprovação do **início do presente procedimento de regulamentação por alteração à PARTE D do CRMB – inclusão de novo Título** que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, designando-se como gestora do procedimento a técnica superior jurista Elisa Cunha Coelho.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,